

Reunião Técnica – Projeto Conexão Água – MPF
Mecanismos Financeiros de Compensação Ambiental e Aplicação de Verbas de
Multas Ambientais em Revitalização de Bacias

Dia 06 de outubro de 2017

das 9h00 às 16h30

Procuradoria Regional da República da 3ª Região, Ministério Público Federal,

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2020, Térreo – Auditório.

O **OBJETIVO** da reunião será:

Zelar pela efetividade, por meio da avaliação de riscos, do planejamento e da transparência na:

- 1) execução de compensação ambiental em Unidades de Conservação afetadas ou na área de influência do empreendimento e
- 2) aplicação de multas ambientais em revitalização de bacias hidrográficas.

Moderação dos trabalhos: Marcelo Drügg Barreto Vianna, Prof. Doutor de curso MBA de Facilidades da POLI/USP

Relatoria e ata da reunião: Fabiola Beda, analista do MPF e gerente adjunta do Projeto Conexão Água

PAUTA DA REUNIÃO - foco em 2 instrumentos de gestão dentro dos 2 temas (compensação ambiental e aplicação de multas ambientais); planejamento e transparência dos planos de ação.

1) Planejamento estratégico da execução de compensação ambiental e da aplicação de verbas multas ambientais na revitalização de bacias.

Questões a serem enfrentadas:

- a) quanto ao planejamento: Quais os planos a serem integrados? Quais os prazos e cronogramas? Quais as demandas prioritárias de revitalização e de conservação? Quais as finalidades da revitalização e de conservação por UC e por Bacia?
- b) quanto à governança:
 - b1) Execução de compensação ambiental em UCs: na ausência da Câmara de Compensação Ambiental Federal, de onde vem as diretrizes e critérios de escolha pelo Comitê de Compensação Ambiental do MMA? Há necessidade de uma identificação prévia de todas as fontes de custeio na bacia, para a gestão integrada na bacia por um Comitê Gestor de Compensação Ambiental da Bacia aliada aos Comitê Gestor de cada Unidade de Conservação? Esse Comitê gestor da Bacia poderia ser o interlocutor com a instituição financeira (gestora financeira) em caso de mais de uma UC afetada pelo empreendimento? Necessários planos de ação de aplicação desses mecanismos financeiros por bacia e por Unidade de Conservação? Para garantia do controle social numa governança pública da gestão dos recursos privados concorda que tanto as Câmaras quanto os Comitês de Compensação precisam ter representações paritárias de todos os setores da sociedade?
 - b2) Aplicação de verba de multa em revitalização de bacias: Quem delibera ou deve deliberar sobre os critérios de escolha das bacias prioritárias? Quais os critérios para escolha dos projetos e serviços a serem implantados (ex: saneamento básico)? O órgão de controle ambiental federal e

estadual devem se articular apenas com a Agência Nacional de Águas, Comitês de Bacias e Agências de Bacias? Qual o papel de cada órgão?

- c) procedimentos: considerando a responsabilidade socioambiental da instituição financeira (gestora financeira), como conciliar planos de ação de execução de compensação ambiental e de multas para a conservação da natureza e revitalização de bacias, com programas de integridade ou de *compliance*? Qual a governança da instituição financeira na gestão dessas verbas, monitoramento e avaliação dos resultados alcançados? Como encontrar o melhor modelo de execução de compensação ambiental ou de financiamento em revitalização de bacia?
- d) prestação de contas, quitação, aspectos financeiros, qualidade do resultado, aprovação da execução: devem ser detalhados nos planos de ação. Há discricionariedade nessas escolhas? Quem atesta a qualidade das entregas e aprova a execução da compensação na conservação e na revitalização é o gestor da Unidade de conservação ou o Comitê de Bacias?

2) Transparência de plano de ação, integrado a diagnósticos de vulnerabilidades de áreas protegidas e unidades de conservação na área de influência (ou na bacia hidrográfica) do empreendimento, considerado riscos socioambientais na bacia no processo de execução de compensação ambiental e de aplicação de recursos de multas ambientais (recursos privados em contas privadas de instituições financeiras), com governança pública.

Questões a serem respondidas:

- Concorda com a necessária disponibilização de dados e relatórios de execução do plano de ação deve estar disponível *on line*. (no site do órgão executor ou do licenciador)? Em relação a resultados e relatórios de monitoramento em linguagem clara, acessível, precisa e em prazos razoáveis, devem ser também divulgados?
- O Comitê Gestor de Compensação Ambiental Federal pode emitir Resolução visando à garantia de execução, por meio de seguro ambiental e de criação de instrumentos que mitiguem os impactos decorrentes da falta ou da falha de execução?
- Como o Ministério Público pode colaborar na resolução de lacunas e na implementação desses desafios?

Dinâmica dos trabalhos: Os expositores são convidados a analisarem os temas da reunião, à luz das questões acima

9h - abertura: Marcelo Drügg Barreto Vianna

9h10 – apresentação, premissas e objetivos da reunião: Sandra Akemi Shimada Kishi, gerente dos Projetos Qualidade da Água e Conexão Água – MPP/4ªCCR

9h20 - Exposições (15 min):

Aplicação de verbas de multas ambientais na revitalização de bacias:

- Presidente do IBAMA, Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo;
- Representante da Agência Nacional de Águas (Ewandro Andrade Moreira);
- Gestor da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Rômulo Henrique da Cruz e/ou Railda Neri

10h15 - Debates

10h45 - Execução de compensação ambiental em UCs afetada ou na área de influência do empreendimento:

Exposições (15 min):

- Presidente do ICMBio, Ricardo Soavinski;
- Presidente do FUNBio, Rosa Lemos de Sá;
- Promotora de Justiça, Aline Salvador, MPBA
- Secretária Executiva do Comitê de Compensação Ambiental do MMA, Kátia Adriana de Souza.

12h20 - Debates

13h - Intervalo almoço

14h - Exposições por gestores convidados (15min): Representantes locais gestores de Unidades de Conservação com exemplos de boas práticas de pagamentos por serviços ambientais e de planos de segurança da água:

- Antônio Mello e Souza, Gestor de RPPN Fazenda Rio Claro-RJ e Projeto Connecta;
- Márcia G. Rodrigues, Gestora estadual ICMBio - Projeto Corredores de Onças;
- Martha Medeiros, empresária, Projeto Primavera no Sertão, visa ao financiamento coletivo para abastecimento de água de comunidade de reideiras no sertão da bacia do S Francisco;
- Fernanda Viegas Reichardt, docente convidada e pesquisadora da USP (CENA/ESALQ), Projeto Ilhas de Cerrado no Brasil Central: impactos das políticas de segurança hídrica, energética e alimentar em remanescentes de hotspot de sociobiodiversidade e a governança Xavante da água

15h15-16h15 - Debates

16h15 - Publicação de documentos e ata da reunião técnica:

Comissão de Projetos do Conexão Água do MPF

16h20-16h30 - Propostas de encaminhamento e encerramento: Marcelo Drügg Barreto Vianna